

1972: “Sete bandeiras do setecentenário por mil cruzeiros velhos”...*

LUIS FERNANDO CERRI**

Resumo: Este texto resgata e comenta as comemorações do sesquicentenário da independência do Brasil, em 1972, evidenciando as imagens mobilizadas para agir sobre o imaginário político nacional e estabelecendo relações com a história ensinada de maneira extra-escolar.

Abstract: This paper recovers and comments the commemorations of the 150th. year of Brazil's independence, in 1972, making evident the mobilized images to act over the political national imaginary, establishing relations with the taught history by extra-scholar way.

Palavras-chave: Sesquicentenário da Independência do Brasil. Nacionalismo. Ensino de história.

Key words: 150th. year of Brazil's Independence. Nationalism. History teaching.

No dia 22 de abril de 1972, chegava ao Brasil o navio Funchal, tendo entre seus passageiros o presidente de Portugal, Américo Thomaz, e os restos mortais do imperador brasileiro D. Pedro I, que também foi efemeramente o rei português D. Pedro IV, antes de renunciar ao trono em favor de sua filha, D. Maria II. Com a recepção oficial, que contou com a presença dos galhardos dragões da Independência, autoridades, alguma afluência popular e o presidente da República, o general Emílio Garrastazu Médici, iniciou-

* Agradeço a leitura e os significativos comentários dos colegas Tzvi Tal (Israel) e Jorge Freitas (Portugal), que são inocentes das minhas falhas neste artigo.

** Professor do DEMET da Universidade Estadual de Ponta Grossa, doutorando pela FE-Unicamp e membro do Gepememo (Grupo Memória - Pesquisa do Ensino de História). E-mail: lfcferri@convoy.com.br

se uma festa nacional de vários meses, que culminou no dia 7 de setembro, nas ruas da cidade de São Paulo e nos jardins do Museu Paulista, a partir dali muito mais nacionalizado¹ com a referência ao bairro em que se encontra, no nome de Museu do Ipiranga.

Os despojos de D. Pedro repetem uma viagem de mais de século e meio antes, aquela que, vivo, realizou na companhia do pai, D. João, da avó ensandecida, D. Maria I, e de praticamente toda a nobreza no transplante da monarquia de Portugal para a sua colônia na América, mudando a sua condição para a sede do Reino Unido. Mas esta viagem é semelhante ainda a uma outra, realizada por Pedro Álvares Cabral a serviço de D. Manuel I, que em 22 de abril de 1500 “descobre” estas terras e integra-as ao reino português. Dessa forma, associam-se na cerimônia de 22 de abril de 1972 o aparecimento das terras brasileiras na História e a emancipação política das mesmas, compondo o Brasil. Trata-se de recompor um rosário de datas que marcam a vida da nação, como aniversários de uma vida, entendendo a nação como um corpo de um indivíduo para o qual a história é uma biografia. Na data do aniversário, portanto, inicia-se a comemoração da maturidade, e todos os aniversários conduzem para compreensão do Brasil jovem – adulto de 1972, gigante a caminhar por suas próprias pernas, ajuizado pelo crescimento econômico e pela obra de 1964, segundo o presidente Médici: “[...] o Brasil emergiu da longa infância e da tumultuária adolescência para o estágio da nação adulta e séria que sabe para onde vai e sabe o que pretende” (*Veja*, n. 174, p. 19).

Este artigo versa sobre o ensino da história nacional que emana desta festa, visando contribuir para a compreensão do papel de conteúdos históricos não necessariamente escolares, veiculados de maneira diversa da relação na sala de aula, sobre a formação da consciência histórica dos integrantes da nação brasileira. Muito mais que verbal, o discurso da festa é um discurso de gestos, símbolos, imagens, atitudes e vivências, do qual pretende-se neste texto extrair os conteúdos que conformam uma determinada visão da História, da nação e do indivíduo, investido da cidadania, que estabelece determinadas relações com a comunidade política que marcam sua vida coletiva e, numa via de mão dupla, o definem singularmente.

¹ A inspiração na criação do museu, no início do século, teve um marcado caráter de regionalismo paulista, cuja vertente principal, entretanto, defende um vínculo indelével com o Brasil, mas de predomínio (com as mais diversas justificativas e denominações) sobre os demais estados da federação. Veja-se, por exemplo, o artigo de Pedro Paulo de A. FUNARI “Cultura material e construção da mitologia bandeirante”.

É um questionar-se, também, sobre o papel da história ensinada (ou, num péssimo termo, vulgarizada) no imaginário político e social, aproveitando o excelente nexos que a festa compõe: qual é o significado da comemoração dos 150 anos da Independência política? O que há no 150º aniversário que o faz mais intensamente comemorável que o 100º, ou o 50º, ou outros aniversários não-múltiplos de 10? Por quê a comemoração do centenário é um "pastiche aristocrático", no dizer da crônica de 1972, comemorado com uma bela, mas pobre exibição internacional e a construção de um monumento na colina do Ipiranga, apenas, enquanto o sesquicentenário logra ser uma festa popular de ampla repercussão?² E por quê o bicentenário da morte de Tiradentes, data muito mais "redonda" e jubilar, nem de perto teve a penetração do sesquicentenário da Independência?

É claro que o sesquicentenário – como um nexos para a compreensão das passagens e permutas entre a história, o imaginário, a consciência histórica/nacional – é de uma riqueza ímpar para o desvendar do momento em que acontece, pois oferece a Independência como monumento da unidade e da identidade, da concórdia e da ordem, para consumo de uma sociedade submetida a violentas transformações econômicas e sociais e a uma brutal ditadura, no plano político.

Tráfego cívico de um cadáver

"Todos os que até hoje venceram participam do cortejo triunfal, em que os dominadores de hoje espezinham os corpos dos que estão prostrados no chão" (W. Benjamin, *Sobre o conceito da história*, tese 7).

Os restos mortais de D. Pedro I são convertidos em monumento (no seu sentido inicial, de objeto capaz de evocar uma memória) ambulante e depois sepultados no Monumento à Independência, como uma alma que dá vida a um corpo que há 50 anos a espera; a soma destes dois monumentos cria um altar ímpar do culto cívico da pátria.

² Circe Bittencourt (1988, p. 57) cita um depoimento sobre a pobreza das comemorações em São Paulo: "Em 1922, no Centenário da Independência, disseram que iam aprontar o Museu do Ipiranga, que iam razer fogos de artifício. Choveu a semana inteira, nós fomos pelo Cambuci a fora de automóvel para alcançar o museu, não pudemos passar por causa da lama e fogos de artifício ninguém viu. Era só lama e breu. Os festejos foram no Rio de Janeiro." Apud BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade – lembranças de velhos*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1983, p. 251.

Um altar que furta a possibilidade de se construir uma nação em outras bases além das que já estão dadas como os bens culturais de que fala Benjamin, como uma presença constrangedoramente fundante do passado, na forma da tradição dos mortos “que oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos”; mais que um pesadelo, ainda, pode-se falar em “ressurreição dos mortos” e de “deixar que os mortos enterrem os seus mortos”. Tanta morbidez colocada através da boca de Marx (que aliás tem sido sempre dado como morto) no *18 Brumário* não tem outra intenção que a de apontar a importância das imagens, dos símbolos, das recordações do passado, na construção dos projetos do presente, numa relação que é preciso continuamente retomar.³ Principalmente porque o projeto nacional da ditadura militar, assim, busca nos despojos do imperador e no cortejo do sesquicentenário as referências históricas para a sua política de integração nacional e de uniformidade ideológica sob a “Segurança Nacional”, inscrevendo-se no “mesmo” da história pátria, pondo-se no sentido da continuidade da obra do imperador, que por sua vez parece também seguir não a imperativos políticos ou pessoais, mas ao imperativo magno da nacionalidade enquanto um Leviatã.

Voltando de Portugal e sendo o centro do cortejo que circunda o território nacional, simbolicamente o libertador vai ao encontro de toda a nação, e este movimento cola-se com a idéia cara ao imaginário nacional inovado pelos militares no poder, o tema da integração e da unidade. Na Figura 1, podemos acompanhar esse mórbido trajeto que traça uma linha de identificação e de unidade, como um fio que costurasse a integração das diversidades regionais num todo, ou contornasse simbolicamente o perímetro do território, concretizando e sacralizando linhas naturais (o litoral) e “um pouco menos” naturais (as fronteiras com outros países).

Esta peregrinação também tem um outro significado complementar, que é o de unificar as múltiplas histórias e possibilidades de história sob o manto de uma só narrativa, a da história nacional tal como se define na perspectiva oficial. Assim, o ato central da biografia da nação, a Independência, é experimentado de alguma forma por todas as histórias pessoais, familiares e regionais que até então não tinham necessariamente nenhum contato

³ No caso brasileiro, a referência ao passado é tanto positiva quanto negativa. Especialmente nos governos e regimes que sucedem períodos de crise, a ordem é negar e apagar através do adjetivo “novo” (o Estado Novo, a Nova República, o Brasil Novo...); do contrário, quando de momentos de crescimento econômico e estabilidade política e social, o passado é dignificado e reabilitado, chamado novamente ao cotidiano oficial.

que confirma a tese de que o nacionalismo ocupa os espaços de exercício da identidade do grupo deixado pela religião durante a modernidade, como uma religião pagã do Estado nacional (Balibar e Wallerstein, 1990, p. 130; Hobsbawm, 1990, p. 108).

Com o retorno do fundador e com o encerramento do ritual de peregrinação de seus restos, a nação se completa e se plenifica simbolicamente, em consonância com os dizeres do cartaz do 5º aniversário de 31 de março de 1964: “Até 1964 o Brasil era apenas o país do futuro. Então o futuro chegou”. Com a chegada de D. Pedro e a chegada do futuro, completam-se os tempos, fecha-se o ciclo: o salvador, que já esteve entre nós, volta para que se cumpra a promessa da plenitude, do encontro, da harmonia, numa óbvia citação do imaginário cristão. A chegada deste tempo novo é explorada nas peças de propaganda do regime, principalmente na televisão. Desse período datam as mensagens oficiais (que, curiosamente, procuram evitar que essa condição oficial fique evidente) televisivas de fim de ano, cujo tema musical permanece familiar até hoje em nossas memórias:

“Hoje, eu quero paz no meu coração
 Quem quiser ter um amigo
 Que me dê a mão.
 O tempo passa e com ele caminhamos todos juntos
 Sem parar
 Nossos passos pelo chão vão ficar.
 Marcas do que se foi
 Sonhos que vamos ter
 Como todo dia nasce
 Novo em cada amanhecer”.⁴

A ideologia procura, portanto, reestruturar o imaginário e apelar à inauguração de um tempo novo em folha, que é uma imagem cara na política nacional, legitimadora por excelência por

⁴ Esse filme, produzido pela Assessoria Especial de Relações Públicas da Presidência da República, termina com o mapa do Brasil sendo desenhado numa animação e com o narrador dizendo que “a paz se faz com quem ama o mesmo chão”. Carlos Fico (1997) analisa que esses apelos governamentais à harmonia, aos temas familiares, ao cotidiano das pessoas simples, às cidades interioranas, enfim, ao congruamento social e político (este tema não explícito, mas de uma forma subliminar), são um recurso para a alocação imaginária do governo ao lado do “bem”, enquanto seus adversários, os opositores e subversivos, acabam por significar tudo o que se opõe a essas imagens e valores. A frase final do filme pode ser entendida como uma derivação do “Ame-o ou deixe-o”, que por sua vez é uma negação da condição moral de cidadão brasileiro aos que se opunham à auto-intitulada obra de reconstrução nacional dos governos dos generais.

negar o passado imediato de erros (ainda que se louvem as glórias de um passado mais distante) e por pretender instaurar o futuro que realiza a verdadeira vocação nacional: a grandeza.

Somos os mesmos. Um só povo, uma só história

"É o bem contra o mal
E você de que lado está?
Estou do lado do bem
E você de que lado está?
Estou do lado do bem
Com a luz e com os anjos"

Renato Russo, 1965 (Duas tribos)

"Independência ou Morte", longa metragem de Carlos Coimbra, elogiado pelo presidente Médici (o que equivalia naquele momento a uma chancela de boa conduta ideológica), acaba por tornar-se o filme oficial do sesquicentenário, obtendo um significativo sucesso de público (praticamente três milhões de pagantes, além dos milhares de telespectadores nas várias reprises televisivas). Na abertura, os letrados, a pretexto de contextualizar a presença do jovem herói nacional nas terras brasileiras e caracterizar sua educação, acabam por afirmar que deveu-se ao caráter imprevisível do príncipe "a aceleração do processo de Independência do Brasil, que teve suas raízes na Inconfidência Mineira". Assim, com imagens correndo por trás das letras brancas, afirma-se a unidade de propósitos entre o movimento reprimido duramente por D. Maria I e o ato de seu neto. Para mostrar a alegre família dos heróis da pátria, o filme – e as comemorações do sesquicentenário – colocam na mesma mesa, comendo no mesmo prato, o subversivo morto por ordem da soberana, e o neto dela, que realizaria (?) o intento de Tiradentes.

Tudo é o mesmo: o corpo do fundador do Estado Nacional volta à sua obra na data do "achamento das terras de Santa Cruz"⁵ e é definitivamente sepultado no monumento erigido no centenário da Independência, fechando o ciclo pela ligação com aquela festa. Tudo se submete à lógica da Independência/unidade, que congrega tudo num fio que segue rumo ao futuro: linearidade e singularidade da "história nacional". A festa cívica é a intensa ce-

⁵ Segundo o preâmbulo do presidente português, Américo Thomaz, à revista *Cultura* de 1972.

lebração do mesmo na qual o plural se reduz ao uno. Nas palavras de Médici:

“Voltamos o pensamento para os heróis dos Emboabas e dos Mascates, da Conjuração Mineira, da Conjuração Baiana e da Revolução Pernambucana de 1817, para Amador Bueno e Bequimão; para Domingos da Silva Monteiro, Bernardo Vieira e Felipe dos Santos; para Manuel Faustino e João de Deus; para Domingos José Martins e Leão Coroado; para José Clemente Pereira; Joaquim Gonçalves Ledo, José Bonifácio e seu irmão; para Maria Quitéria e Joana Angélica. Voltamos o pensamento para Tiradentes, a figura síntese de todos os heróis populares que ajudaram a construir a nossa nacionalidade [...]” (*Cultura*, preâmbulo, 1972).

Nessa procissão dos heróis mortos, organiza-se a história tendo a independência monárquica e elitista por eixo, em detrimento das motivações e interesses particulares em cada personagem e em cada evento a que se ligam. Esta uniformidade de propósitos nos traz a história nacional como uma biografia: como se tudo conduzisse para que as coisas sejam exatamente como são, para o presente tal como é compreendido pelos que assim estruturam a história. A seleção do que narrar, do que analisar e do como fazê-lo obedece a essa lógica egóica, e as muitas possibilidades outras, expressas em outros e nos mesmos eventos, são obliteradas para o bem da coerência do discurso nacional. Tudo o que não aponta para isso é secundarizado ou apagado, e tudo é posto na mesma direção da história estabelecida.

Nenhuma surpresa, segundo Mona Ozouf, para quem a obsessiva afirmação do mesmo é a fonte de vida das comemorações nacionais, que insistem em pelo menos quatro assertivas: “que nos honramos de ser os mesmos (entre eles), nós somos todos os mesmos (entre nós), nós somos os mesmos que antes, nós permaneceremos os mesmos” (1984, p. 143). Fica claro que a concepção de história aí não privilegia a noção de mudança mas, pelo contrário, tem como centrais as funções de ligar e cumprir, e não atribui ao tempo a capacidade de romper e criar o inusitado. Nesse sentido, o modelo doméstico estabelece-se para a vida política, na medida em que os comemorantes estabelecem-se como herdeiros do que está sendo comemorado, como continuidade histórica, donde as imitações ou repetições encenadas de gestos, fatos, itinerários.

É neste espírito de ligação e cumprimento que o então ministro da educação, Jarbas G. Passarinho, caracteriza a um só tempo a Independência e a nação, dentro do discurso de paz e harmonia

concomitante às centenas de mortes por motivos políticos: "E o resultado lógico foi a independência – natural, evolutiva, virtualmente sem derramamento de sangue, como que a marcar uma das mais expressivas características nacionais [...]" (*Cultura*, preâmbulo, 1972).

Que história se ensina? Uma história que afirma o presente como resultado imediato do passado, não como devir, de uma nação a qual pertença por nela nascer e cumprir meus deveres arbitrariamente postos, não pela minha adesão consciente e livre (a nação do "plebiscito diário" de Renan). Uma história, portanto, de vencedores, que põe a todos como herdeiros deles, como a confiscar a herança dos vencidos para compor com ela o próprio espólio único a ser passado às gerações seguintes. Não uma história que considera os vencidos como tal, em seus anseios, projetos, possibilidades, que resgatasse o que não se efetivou, tirando das brumas da memória o futuro deles, nosso presente, tal como poderia ter sido, e não como é. A história nacional, oficial por excelência – porque se entende a nação moderna como Estado-nação – é exatamente o inverso disso.

Nesse espírito, agora, de perspectiva dos vencedores, Jarbas Passarinho adverte que a independência deve-se não apenas ao ímpeto do regente, mas também deve-se considerar "[...] a maturação da gente da terra, não a autóctone, sempre muito modesta na sua contribuição à cultura e à evolução, mas o descendente do colonizador" (*Cultura*, preâmbulo, 1972). Em termos de herança, se os brasileiros de 1972 colocam-se como os herdeiros do ato de 1822, a nação naquele momento, pela festa, dirige-se de forma exclusiva (e excludente) à herança portuguesa, e portanto européia, branca, "civilizada". Mas é no preparar a comemoração e no comemorar que os pilares da festa abalam-se: se não estão aqui os "autóctones", não fomos os mesmos, não somos mais os mesmos (já que, segundo a frase publicitária, "a paz se faz com quem ama o mesmo chão", o que significa implicitamente que há os que estão aqui mas não amam o mesmo chão – os subversivos, os vermelhos – contra os quais não é possível a paz, apenas o combate surdo).

A festa como simulacro da participação política

"Você constrói o Brasil"

(Lema oficial da campanha do sesquicentenário)

O final da festa do sesquicentenário ocorreu com um espetáculo de som e luz nos jardins do Museu do Ipiranga, num evento destinado às autoridades, mas acompanhado por uma grande massa popular “suficiente para destruir, em poucas horas, o estoque de refrescos e sanduíches dos vendedores ambulantes” e para gerar uma liquidação de bandeiras nacionais ao final da festa: “sete bandeiras do setecentenário”, apregoava um dos bestializados vendedores (*Veja*, n. 210, p. 17-19). Segundo a Polícia Militar, eram 300.000 populares; segundo outros cálculos, eram 150.000.⁶ Durante a manhã, na parada militar da Avenida Paulista, onde marcharam 17.000 homens, teriam assistido “quase um milhão de pessoas” (*Manchete*, n. 1066, p. 81). Ainda que estes números possam estar superestimados, não é possível discutir que esta é a grande festa de massas dos governos militares, sua aclamação nas ruas.

Um crescimento sem precedentes do PIB, o acesso maior e mais diversificado da classe média ao consumo; a popularidade do presidente e seu governo por conta desses avanços econômicos, mas também por uma bem pensada propaganda que se aproveita de um imaginário secular de otimismo quanto ao futuro do país (Fico, 1997, p. 77); a reedição e os resquícios do delírio nacional pela conquista do tri-campeonato mundial de futebol em 1970,⁷ a recente conquista do campeonato mundial de Fórmula 1 pela primeira vez por um brasileiro, Emerson Fittipaldi, em Monza. Várias razões para a afluência de público, mas que não nos revelam apenas por si o significado desta presença.

Uma resposta mais refletida aponta para a resposta popular a uma iniciativa governamental:

“Um nítido padrão pedagógico, portanto, criador de uma pauta de preocupações cívicas, e que pretendia estabelecer um tipo de cidadania decorativa, que permitiria a presença ou a “participação” de todos através de iniciativas adjetivas, secundárias, compondo algo

⁶ Curioso notar que neste momento a estimativa de público da Polícia é mais otimista que as outras, quando nossa experiência sempre observa, no que se refere a movimentos oposicionistas e reivindicatórios, uma estimativa por parte da Polícia sempre menor que a dos organizadores. A contagem dos presentes nos comícios das Diretas-Já (1984/85) levantou polêmica na imprensa, na medida em que simbolizava a adesão popular ao movimento, na ausência de outros indicadores de opinião.

⁷ Curiosamente, a mini copa de futebol organizada como parte dos festejos, entre seleções de alguns países convidados, não teve a repercussão e o interesse que se esperava, mesmo com a pitoresca final entre Portugal e Brasil, vencida, isso de acordo com o esperado, pelo selecionado brasileiro.

como um "cenário de democracia" por meio de comemorações enaltecedoras dos feitos dos brasileiros e do Brasil" (Fico, 1997, p. 93).

Dado o fechamento político do regime e dos canais democráticos e corporativos de participação, a festa cívica de massa cumpre parte do papel de suprir a necessidade popular de identificação com o todo, de integração no corpo político, se não pela participação nas decisões, pela participação no culto ao passado comum, principalmente dentro de um momento forte no apelo à identidade e ao pertencimento ao melhor grupo, implícito nas idéias de "país abençoado por Deus", que "ninguém segura", e com quem "não há quem possa", presentes nas canções e frases de então. Porque nacionalidade/cidadania é uma identidade sobretudo política, e pertencer a ela cria uma expectativa pessoal de ir além da esfera doméstica/privada e integrar-se num todo mais amplo, ir além de ser meramente governado para ser participante de alguma forma.

Se é certo que a ditadura investe na desmobilização política e no incentivo às preocupações pessoais e familiares, de consumo e ascensão,⁸ por outro lado a absoluta ausência de momentos de conagração nacional poderia conduzir a uma fragmentação e apatia que, no extremo, serviria à temida desestabilização do poder. As festas cívicas de massa oferecem-se como canal para este simulacro de participação, simulacro porque não considera efetivamente o cidadão como um governante em potencial (Canivez, 1991, p. 30), mas como um tutelado ao qual é preciso ensinar sua história e seus interesses, promover "um imenso encontro dos brasileiros com o Brasil", na frase do presidente em discurso pela televisão na chegada do ano do sesquicentenário (*Veja*, n. 174, p. 19).

D. Pedro como o espelho da ditadura

Se a Independência, como a fala oficial põe, é fruto da colaboração de diversos mártires e heróis, por que centrar as comemo-

⁸ A propaganda oficial procura vincular o trabalho, o lazer e o estudo despolitizados a essa participação postiça, no sentido de que quem cumpre seus deveres estritamente ("estudante é pra estudar, padre é pra rezar", etc.) e não perturba a ordem também constrói o Brasil grande. O estudo de Figueiredo (1998) procura recuperar nos dez anos anteriores ao golpe a criação, pela publicidade, de um imaginário de expectativas de ganhos pessoais e de consumo que se sobrepõem e substituem as preocupações e a valorização dos temas políticos nacionais.

rações do sesquicentenário na figura que apenas dá o golpe de misericórdia na vinculação a Portugal? Por que não centrar as comemorações na figura de Tiradentes, por exemplo, conforme desejava o chefe da Aerp, Otávio Costa (Fico, 1997, p. 64), vencido por outras correntes de pensamento internas ao governo? Novamente, a palavra é de Médici, em nome da nação:

“Quis a nação brasileira dar à comemoração dos 150 anos de sua emancipação política o sentido maior da fraternidade humana [...], mas quisemos fazer do libertador de nossa pátria e do monarca das duas pátrias o centro das comemorações, para que o Sesquicentenário da Independência fosse mais ainda uma festa de concórdia e união” (*Cultura*, cit.).

União, por um lado, entre o Brasil e o restante do mundo ibérico (notamente a África de colonização portuguesa, na qual o governo tinha interesses estratégicos), mas principalmente unidade interna. Na história que se aprende com os festejos de 1972, o ato da independência está colado a um ato de unidade territorial: libertar é manter unido o que não inicia seu processo de construção ali, mas já vem pronto do período colonial.⁹ Tiradentes, apesar de ter ganhado o posto de um herói de consenso no mundo oficial (cf. Carvalho, 1993, p. 61 e segs.), carrega ainda a pecha de um herói popular, que agitou-se nas sombras e conspirou contra o poder constituído. O potencial subversivo da sua imagem é forte demais para este momento em que, por exemplo, a própria guerrilha urbana contava com uma das suas organizações intitulada Movimento Revolucionário Tiradentes; a possibilidade de identificação dos guerrilheiros presos, torturados e mortos por um poder absoluto e opressivo é grande demais para ser desprezada. Vence a posição que não quer correr risco nenhum, e a figura de Tiradentes é subordinada à de D. Pedro I, como um mero colaborador dele. Essa leitura periodiza a história em torno de 1822, resumindo outros eventos e outros projetos à sua lógica, apagando as contradições entre eles e a independência proclamada pelo príncipe português (além do fato da avó ter ordenado a morte de Tiradentes, o fato do próprio libertador ter ordenado o fuzilamento de Frei Caneca e a repressão à Confederação do Equador). E aí

⁹ A colagem da independência com a unidade e identidade nacional no ensino é assunto do artigo de Cordeiro (1997), para quem já os textos fundadores da história nacional no século XIX associam “o ato do príncipe – entendido como *independência do Brasil* – e a formação imediata da *nação*, na sua completa unidade [...]”. A unidade nacional está garantida ali, no gesto do príncipe e o Brasil, como um todo, encontra-se presente naquele mesmo gesto” (p. 8).

temos uma indicação para compreender a comemorabilidade do sesquicentenário: por referir-se ao 1822 como fato, como "ponto de localização de significações e lugar onde é entrevista a realização da história, mesmo levando em conta uma perspectiva temporal ampla" (Vesentini, 1997, p. 19), 1822 como escolha deliberada de um modelo de relação entre a nação e o poder a ser reverenciado como justificação do modelo vivido em 1972. E uma outra indicação para compreender por que o outro grande filme histórico de 1972, contraponto de "Independência ou Morte", ter sido "Os Inconfidentes", de Joaquim Pedro de Andrade, que, sem sucumbir à visão glorificadora do movimento mineiro, coloca uma outra perspectiva para a discussão da independência.

O ato de D. Pedro nada tem de subversivo. Atende aos reclamos da consciência nacional nascente na elite nativa, e tem quase que uma benção do pai, D. João VI, que teria preferido perder o Brasil para o filho que para os "aventureiros" de sua maior colônia. Não é planejado às escondidas, longe dos centros de poder, mas urdido na sede do governo e proclamado à luz do dia num alto brado. Sob o modelo de uma monarquia constitucional, o imperador é uma figura que, ainda que tolere o parlamento e suas leis, não prescinde do direito de desmanchar tudo e fazer tudo de novo, garantido pelo Poder Moderador. Autoritário, o imperador não é compatível com a pressão política, apenas com a concessão e o favor. Quando a pressão torna-se intransigente, um dos dois desaparece: a pressão, como no fechamento da Assembléia Constituinte, o imperador, como na abdicação em 1831. D. Pedro é lido não como um criador da nação, mas como um condutor das suas enormes forças naturais e humanas do território no sentido do engrandecimento nacional, mas tudo segundo seu plano autocrático: "tudo para o povo, nada porém pelo povo". As semelhanças são muitas para que não se veja o imperador como um espelho da ditadura capitaneada por Médiçi, que tolera o parlamento quando lhe apraz, mas dispõe do AI-5 para calar sua eventual inconveniência, que sustenta a ausência de oposição com a barbarização dos opositores, que se vê como elemento galvanizador da arrancada do país rumo ao progresso econômico, e que não concede ao povo a liberdade de decidir seus próprios destinos, pois acredita que é necessário que este seja submetido a um processo pedagógico que o imunize contra a eleição de projetos "exóticos", como o do vice-presidente eleito e presidente confirmado por plebiscito, João Goulart. Considera-se portador e executor dos verdadeiros inte-

resses nacionais e populares, ainda que o povo não os conheça.¹⁰ Na medida em que a “tragédia” D. Pedro é legítima (ou legitimada), o mesmo ocorre com a “farsa” Médiçi, que se liga ao passado pela festa, como herança e continuação.

Ademais, a propaganda governamental aproveita-se da associação já feita por décadas de história ensinada nos manuais, entre a independência, a monarquia e a manutenção da unidade nacional, para colar a esse imaginário o seu projeto de integração e desenvolvimento nacional. Assim, reivindica-se pelo projeto de 1972 a filiação, a herança do ato de 1822, a continuação da obra de uma só nação continental, marcada pelos símbolos ao mesmo tempo de grandiosidade e de integração: a Rodovia Transamazônica, a ponte Rio-Niterói, a rede nacional de telecomunicações, as usinas hidrelétricas gigantes, à altura do gigante que é o país, aliás um outro símbolo caro ao poder. Unidade também, além de territorial, cultural e ideológica: o horror à diversidade e ao conflito (que, ao invés de vivido, deve ser aniquilado) e o aproveitamento do imaginário ufanista que entende o Brasil como basicamente pacífico, livre de enfrentamentos internos drásticos. Por isso o ministro Jarbas Passarinho louva, em frase já citada, o caráter pacífico, virtualmente sem sangue, da independência e da história brasileiras. “A paz se faz”, como também já citamos, “com quem ama o mesmo chão”, e portanto a guerra subterrânea adquire ares de uma calculada cirurgia de extração de um tumor que não se coaduna com as “características nacionais” que são exaltadas. Ora, numa nação em que não haveria diferenças substanciais, a lógica do mesmo, inerente à comemoração, instala-se com inaudita facilidade.

D. Pedro não é perfeito, muito pelo contrário. Se assim fosse apresentado, perderia em verossimilhança. Não há necessidade de estilizar o herói e ocultar sua prepotência, suas aventuras amorosas, sua falta de educação palaciana, seus arroubos impensados. Pois o “juízo da história” é com ele condescendente. Na fala do José Bonifácio de “Independência ou Morte”, ele, apesar de tudo, nos deu a unidade, e sobretudo a independência. Semelhante julgamento *a posteriori* da “tragédia” a “farsa” o quer. Toca-se o

¹⁰ Ainda que o gal. Golbery não estivesse na ordem do dia neste governo afinado com a “linha dura”, a frase a seguir é sintomática do pensamento militar formado pela ESG e pela Doutrina da Segurança Nacional. Para Golbery, as elites nacionais nada mais fazem que “traduzir os interesses e aspirações ainda informes, que flutuam imprecisos na alma popular ou indo mais além e se empenhando, educativamente, para que o povo compreenda e sinta os seus verdadeiros interesses e aspirações” (1967, p. 11).

hino, desce o pano, acendem-se as luzes. No pregão do camêlo, que oferece as bandeiras do "setecentenário", a permanência dos bestializados da República, como público.

Concluindo...

Em que basear um ensino da história que parta em busca de outras histórias, e que, impingido a debruçar-se sobre as datas consagradas, possa refletir sobre elas, e não ser objeto das mesmas? Como devorar em vez de ser devorado, para remeter à proposta antropofágica de criação de uma outra – autêntica? – identidade nacional?

Em primeiro lugar, espera-se que a análise feita, ainda que limitada, possa inspirar outras análises que discutam a lógica da comemoração como construção, e não como liturgia (com a qual só se pode estabelecer relacionamento pela reverência e pelo cumprimento). Que assim, ao comemorar, não sejamos comemorados pensando estarmos a comemorar.

Impõe-se então redescobrir o fato não como evidência, mas como problema, e o sistema no qual ele se aloja, a nação e sua história, não como ser, mas como devir. A comemoração não como cumprimento, mas como um revelador dos muitos *nós* mesmos (nos dois sentidos).

E descobrir, enfim, no comemorável, o incomemorável. A começar, por exemplo, nos 500 anos do "Descobrimento".

Referências bibliográficas

Imprensa

- Cultura* (Ministério da Educação e Cultura) – Edição especial do Sesquicentenário da Independência, 1972.
 Veja, São Paulo, Editora Abril, n. 174, de 5 jan. 1972, e 210, de 13 set. 1972.
Manchete, Rio de Janeiro, Bloch, n. 1066, de 23 set. 1972.

Livros e artigos acadêmicos

- BALIBAR, Etienne, WALLERSTEIN, Immanuel. *Race, nation, classe: les identités ambiguës*. Paris: La Découverte, 1990.
 BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas*. Magia e técnica, arte e política. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
 BITTENCOURT, Circe M. F. As "Tradições Nacionais" e o ritual das festas cívicas. In: PINSKY, Jaime. *O ensino de história e a criação do fato*. São Paulo: Contexto, 1988, p. 43-72.
 CANIVEZ, Patrice. *Educar o cidadão? Ensaio e textos*. Campinas: Papirus, 1991.

- CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*. O imaginário da República no Brasil. (1ª reimp.). São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- CORDEIRO, Jaime Francisco P. Ensino de História e identidade nacional: desmontando o século XIX. *História & Ensino*, Londrina, PR, v. 3, p. 7-21, abr. 1997.
- COUTO E SILVA, Golbery do. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967.
- FICO, Carlos. *Reinventado o otimismo* – ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- FIGUEIREDO, Anna Cristina C. M. “Liberdade é uma calça velha, azul e desbotada” – publicidade, cultura de consumo e comportamento político no Brasil (1954-1964). São Paulo: Hucitec-História Social USP, 1998.
- FUNARI, Pedro Paulo A. Cultura material e construção da mitologia bandeirante: problemas da identidade nacional brasileira. *Idéias*, Campinas, v. 2, n. 1, p. 29-48, jan./jun. 1995.
- HOBBSBAWN, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780* – programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- MARX, Karl. O dezoito brumário de Luiz Bonaparte. In: —. *Obras escolhidas*, v. 1. Rio de Janeiro: Vitória, 1961.
- OZOUF, Mona. *L'École de la France* – essais sur la révolution, l'utopie et l'enseignement. Paris: Gallimard, 1984.
- PAIVA, Salviano Cavalcanti de. *História ilustrada dos filmes brasileiros (1929-1988)*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.
- VESENTINI, Carlos Alberto. *A teia do fato* – uma proposta de estudo sobre a Memória Histórica. São Paulo: Hucitec/História Social USP, 1997.